

O LUCRO COMO OBRIGAÇÃO MORAL

* José Pio Martins

O sujeito vê um empresário passar em um carro de luxo. Mais adiante, ele vê uma criança pobre empurrando um carrinho de papel. Revoltado, ele conclui que o lucro é imoral. A indignação é elogiável; a conclusão, insustentável. É o que veremos.

Situação 1. Um escultor vai a uma loja, compra um pedaço de madeira por \$200, e faz uma escultura com o rosto do Tiririca. Em seguida, ele vai à feira e o maior preço que encontra pela escultura é \$160, amargando um prejuízo de \$40. Certamente, o artista desistirá de continuar “destruindo” um pedaço de madeira para “construir” uma escultura do Tiririca.

Em boa economia, dizemos que ele “desagregou” um valor de \$40. Ao pagar pela obra um preço inferior ao custo da madeira, a sociedade está informando ao escultor que ela atribui maior “utilidade” ao pedaço de madeira do que à escultura em questão. O artista destruiu uma riqueza de \$200, que a sociedade poderia usar com outra finalidade, para construir uma riqueza de apenas \$160.

Situação 2. O nosso artista volta à loja, compra outro pedaço de madeira pelos mesmos \$200, mas, desta vez, faz uma escultura com o rosto da Gisele Bündchen. Voltando à feira ele consegue vender a obra por \$700, agregando um valor de \$500. Neste caso, a sociedade está sinalizando que atribui um valor maior à escultura com o rosto da Gisele do que ao pedaço de madeira. O valor agregado equivale ao lucro da atividade do escultor e é a recompensa que a sociedade lhe concede pelo fato de ele ter construído uma riqueza superior à riqueza que destruiu, segundo critérios de “valoração” da própria sociedade.

O valor desagregado na “situação 1”, representado pelo prejuízo de \$40, é o castigo que a sociedade impõe ao escultor por ele construir uma riqueza menor do que a riqueza destruída. Em uma economia livre, o escultor é um “aceitador” dos preços da matéria-prima e do produto. Os preços são os sinais emitidos pelo mercado e refletem a valoração que a sociedade faz dos fatores de produção e dos bens produzidos. Uma empresa é uma entidade econômica “destruidora” de riquezas e “criadora” de riquezas. Ela destrói (usa) matérias-primas, esforço dos trabalhadores, máquinas e diversos outros insumos de produção para construir bens e serviços, e só deve prosseguir na atividade quando os produtos que gera têm um valor maior do que os recursos que ela utiliza.

A teoria do valor procura entender como a sociedade “valora” os insumos e os produtos, por meio do estudo dos preços monetários, que são as medidas concretas dessa valoração. O lucro é a recompensa à empresa que satisfaz ao consumidor e o prejuízo é a “ordem” para que ela interrompa a atividade. O nosso escultor, ainda que quisesse, não poderia continuar produzindo esculturas do Tiririca, pois a falência econômica o poria fora da atividade. Se quiser sobreviver, ele terá de se dedicar a produzir esculturas da Gisele Bündchen, pois essa é a decisão da sociedade. O tão chicoteado mercado é a sociedade se manifestando.

O lucro é imoral, entretanto, quando obtido por meio de proteção legal, como ocorre com os monopólios. Sendo proibido o ingresso de outros produtores no mercado, o monopolista põe o preço que quiser no seu produto e o consumidor vê cassado o seu direito de escolher. A ausência de competição torna o lucro uma aberração. Imoral não é o lucro capitalista. Imoral é o lucro socialista que, aliás, nem pode ter esse nome, pois é mera expropriação à força.

Outra justificativa moral do lucro diz respeito à sua “destinação”. O estoque de capital à disposição da sociedade hoje é o resultado da acumulação dos lucros do passado. É só olhar em volta. As estradas, os tratores, os aviões, os navios, os ônibus, as máquinas industriais, os prédios das fábricas, as lojas, as escolas, os hospitais, as hidrelétricas, os portos, os aeroportos, enfim toda a estrutura produtiva é resultado dos investimentos feitos com os lucros acumulados. Muito disso tudo foi feito pelo governo, alguém estará pensando. Claro! Todavia, o governo não produz nada. Ele é um sócio do lucro. Só de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido o governo leva 34%.

O lucro é o caminho para aumentar a estrutura produtiva e, por conseqüência, gerar empregos e produzir riquezas. Mas, e o menino pobre empurrando o carrinho de papel? Para isto foram inventados os tributos. A fim de não abandonar os miseráveis na sua miséria, o governo, na condição de síndico social, se apropria de mais de um terço de toda a riqueza produzida. Em um país cuja carga tributária anda perto de 37% sobre a produção nacional, condenar o lucro é atirar no inimigo errado. Até porque, não existe exemplo algum na história de países que progrediu com base no prejuízo.

Muitos dos que condenam o lucro não entendem qual é sua função nem sabem o que colocar no seu lugar. A caridade do capitalismo está no tributo. Se este é desperdiçado, a culpa é do síndico social... o Estado.

* Economista, professor e vice-reitor do Centro Universitário Positivo - UnicenP